BOLETIM
PROEALC
Centro de Ciências Sociais / CCS - Maio-Junho de 2002 - ISSN 2175-9103 12
8

Boletim Número 12
Data: Maio-Junho/2002

EDITORIAL

O décimo segundo número do Boletim PROEALC, terceiro do ano de 2002, apresenta uma série de reportagens e artigos que tentam demonstrar, dentro dos limites do nosso espaço editorial, o grave momento que vive a América Latina, sobretudo através da ameaça de implantação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA. Tal Área idealizada pelo Império norte-americano desde o início da década de 90 prevê a conformação de uma zona de comércio que abarcará 34 países das Américas. Na verdade, a ALCA faz parte de uma operação estratégica de longo alcance, com objetivos políticos, econômicos e militares de extenso prazo, cuja implementação se inicia com a Primeira Cúpula de Miami - Reunião dos Presidentes das Democracias do Hemisfério, em dezembro de 1994 - com a significativa exclusão de Cuba, em uma primeira vitória dessa operação, conforme observou Samuel Pinheiro Guimarães (1998).

A implementação da ALCA sintetiza a abertura de uma nova etapa de recolonização dos países dependentes. A área de Livre Comércio das Américas promoverá a aniquilação completa do que restou dos parques industriais nacionais desses países e instituirá um ataque frontal contra os trabalhadores latino-americanos, cujas condições de vida irão sofrer uma acentuada perda.

O presente Boletim objetiva contribuir para a ampliação do debate sobre a proposta de criação da ALCA, de forma simples e didática, ressaltando o seu significado e o esforço decisivo que precisamos realizar para barrá-la.

A postura do Brasil é fundamental para impedir a implementação da ALCA. O Brasil é o único país, devido às suas dimensões e ao seu potencial, que pode competir política e economicamente com os Estados Unidos na América do Sul, tendo em vista os parques industriais muito limitados dos demais países, com exceção do México; e os vínculos políticos e jurídicos existentes entre os EUA e a América Central e entre os EUA e diversos países sul-americanos, altamente dependentes do mercado e dos investimentos americanos, como é o caso da Venezuela e da Colômbia. Por isso a efetivação da ALCA para nosso país representará um dos retrocessos mais significativos dentro das Américas.

Em meio a essa brutal ofensiva imperialista, o povo latino-americano não pode se calar. Conforme indagou Emir Sader em recente palestra: a América Latina, nascida para o mundo no século XX, morreu neste começo de século XXI? Se continuar a se submeter ao FMI e aos bancos internacionais, se não afirmar sua identidade e integração diante da agressiva política dos EUA, se não impedir a ALCA, se não renovar seus projetos e lideranças, se não fomentar sua cultura e todas suas formas de expressão popular, teremos regredido ao que fomos até o século XIX. Acabou a fase dos mandatários neoliberais, tipo Menem, Fujimori, FHC. Quem os substituirá? As eleições próximas do Brasil e da Argentina podem ser esse marco de renovação ou um passo a mais no caminho da tumba.

Silene de Moraes Freire

Em Foco I

Universidade e Resistência à ALCA

Silene de Moraes Freire*

Discutir a ALCA não é uma mera exigência acadêmica, mas, sobretudo uma exigência política que a Universidade não pode mais se privar em responder. Atravessamos hoje um contexto de muitos desafios em que todos nós estamos sendo chamados a participar, a nos mobilizarmos contra o aprofundamento da desigualdade gerada pelo neoliberalismo globalizado.

A globalização atual facilitou o surgimento de monstros cujos tentáculos invisíveis se propagaram no vazio deixado pelo Estado e nas brechas abertas pela desregulamentação. É preciso deixar claro que nós não nos opomos à globalização per se. Não nos opomos ao comércio. Nós nos opomos às relações globais que outorgam um poder cada vez maior às grandes corporações, ao mesmo tempo em que debilitam por inteiro nações e povos. Refletir sobre as relações globais atuais nos leva inexoravelmente a considerar crucial a relação entre a propriedade capitalista, a alocação de recursos pelo mercado, a distribuição de renda e a tomada de decisões não-democráticas.

Seria desnecessário lembrar que o quadro atual é extremamente pessimista, não por acaso, não tem sido poucos os que têm se erguido contra essa situação. Movimentos radicais, no sentido de buscar as raízes de importantes problemas econômicos e sociais tem se posicionado nas lutas antiglobalização. Prova disso foi Porto Alegre nos últimos dois anos, que contou com a presença de milhares de ativistas pertencentes a mais de mil organizações de todo o mundo. Melhor dizendo, tem gente se movendo....tem gente lutando contra os processos excludentes da globalização. Contudo, também tem muita gente que parece convencida pelo argumento de Margaret Thatcher, o já famoso NHA, abreviação de não há alternativa, que em inglês chama-se TINA (There is no alternative). O NHA é uma estupidez por vários motivos, até pelo fato de que se pronunciar essa palavra é muito distinto de se demonstrar que não há alternativas. Apesar de sabermos que o NHA é ilógico e imoral, também precisamos admitir o poder de tal afirmação enquanto Thatcher tiver razão no fato de que a maioria de nós não possui mesmo uma visão bem definida do que oferecer. A falta de uma visão positiva dá aos nossos movimentos um tom desproporcionalmente negativo e pouco atraente para a maioria daqueles que não são de nossas organizações. Além disso, ele produz uma carência de expectativas em longo prazo e, por isso, um compromisso débil, vulnerável frente a toda crítica ou dúvida, uma incapacidade de proteger-se contra o ceticismo.

Há 150 anos, o Manifesto Comunista, de Marx e Engels, não apenas indicava a multinacionalização do mercado e sua implacável destruição das tradições. É bom lembrar que “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Como apontava também para a possibilidade e urgência de construir um novo mundo.

O slogan de Porto Alegre, “Um outro Mundo é Possível”, reflete o reconhecimento de que nossos movimentos necessitam de uma visão operacional. Temos de fazer cristalizar esse excelente slogan em objetivos reais, suficientemente substanciais para convencer os céticos e criar expectativas tangíveis que descrevam uma maneira digna de organizar nossas economias e assim convencer àqueles de seus males. A construção dessa visão não pode esperar. Ela é urgente se queremos ampliar as bases para sermos capazes de ampliarmos as nossas forças.

Os movimentos sociais enfrentam agora um mundo muito mais transnacionalizado. Nele, como lembra Hobsbawn, o capital perdeu o medo e ganhou novos recursos para transgredir restrições. Precisamos adquirir coesão, unidade, para combater com eficiência algo que já está unificado: o poder do capital.

Como enfatizou Fiori, durante o Fórum 2001 - e essa é uma questão da qual não podemos fugir - para transformar em programa as múltiplas reivindicações do movimento antiglobalização, são necessários centros de poder unificado e estes se configuram nos estados nacionais.

O papel, o desafio posto às organizações e movimentos sociais cresce quando vemos que nunca houve tanta falta de pluralismo na mídia brasileira como nos tempos atuais de hegemonia do neoliberalismo. A mídia brasileira no neoliberalismo ficou marcada pelo jornalismo denuncista, que faz a denúncia da corrupção a partir de uma posição moralista, mas sem estabelecer os vínculos entre corrupção e o modo de implantação do neoliberalismo.

Para melhor ilustrar, o apoio das empresas de comunicação ao projeto neoliberal supera o grau de apoio dado pelas mesmas empresas ao desenvolvimentismo da ditadura militar. Quem vivenciou esses anos de chumbo deve lembrar que havia, durante a ditadura, uma pujante imprensa alternativa, incluindo vários jornais de circulação nacional - alguns deles, como Pasquim, Opinião e Movimento, extremamente críticos. Os próprios jornais alternativos embora unidos contra a ditadura eram muito diferentes entre si. Havia jornais anarquistas e marxistas, nacionalistas e internacionalistas, católicos e feministas (foram mais de 120 jornais alternativos dos anos 70, dos quais 8 de circulação nacional). Hoje há uma única revista alternativa de projeção nacional, Caros Amigos, mas sua capacidade de intervenção é restrita, tanto por sua peridiocidade mensal, como por sua tiragem de 50.000 exemplares. Entre as revistas semanais, que têm grande importância no Brasil, apenas a Carta Capital faz a crítica ao neoliberalismo, mas sua tiragem é de 70.000 e suas críticas são pontuais, discutindo os problemas da economia globalizada sem contrariar seus leitores vinculados ao mundo dos negócios. Em contraste, as revistas Veja, Época e Isto é, iguais na defesa do neoliberalismo, vendem cerca de 2 milhões de exemplares.

Neste cenário, nada estimulante, onde a crítica se faz cada vez mais ausente, precisamos cada vez mais promover debates, mobilizarmos mais pessoas, contra essa verdadeira ofensiva neoliberal midiática.

O plebiscito de 2000 foi um sucesso absoluto, embora como era de se esperar, praticamente ignorado pela mídia, a mídia nos tirou da pauta, tirou a notícia. No entanto, depois dele, nós não avançamos muito. Por isso, a Universidade precisa ampliar o debate e recolocar o significado da ALCA.

Nós precisamos ter na cabeça o que é ALCA, precisamos entender que esse tratado comercial entre todos os países da América, que propõe que tudo que for produzido em qualquer desses países pode ser comprado e vendido livremente em qualquer outro país sem taxa alguma, sem tributação. Além de ser um tratado comercial, ele é um tratado econômico, porque uma vez oficializado, qualquer investidor que tenha dinheiro, qualquer empresário pode fazer um investimento em qualquer dos países. Por exemplo, eu tenho um milhão de dólares e quero fazer um investimento desde que eu possa ganhar dinheiro no Equador. Eu ponho o meu dinheiro lá. Eu posso entrar livremente, sair livremente e aplicar do jeito que eu queira. Tirar o lucro, o proveito que eu achar que o país pode fornecer pra mim. Este em realidade é o centro do acordo, e aí ele vem. Para que esse acordo funcione, existem várias regras. Uma das regras é que nenhum governo pode criar uma legislação que crie dificuldades para o meu investimento. Que me perturbe a faculdade que eu tenho de colocar o meu dinheiro, onde eu quiser. Se eu me sentir prejudicada eu posso chamar este governo e pedir uma indenização para ele. Pelo lucro que eu não tive, ou pelo lucro que ele me impediu de ter. Eu posso chamá-lo para discutir comigo diante de um juiz para dar a sentença, não do país dele, do governo dele, mas em qualquer outro país. Chamam-no de Fórum Internacional. Então, este é um caso que já aconteceu, porque esse acordo bilateral já está acontecendo no chamado NAFTA formado pelos Estados Unidos, Canadá e México. E já sabemos as conseqüências sofridas pelo México.

Isso significa a recolonização do Brasil. O Brasil será uma nova forma de colônia. Colônia é um povo vivendo num território, mas sem autonomia para tomar decisões, ou seja, sem soberania.

A ALCA coloca o Brasil frente a um dilema: ou Brasil quer ser uma colônia ou o Brasil quer ser uma nação. Se o Brasil quiser ser uma nação o nosso caminho não é a inserção no mercado internacional via ALCA. Nós temos que negar o modelo proposto na ALCA. O nosso objetivo deve ser o bloqueio. O governo brasileiro não pode assinar. É um sonho grande. A tendência é dizer o seguinte: que apoio pode ter este acordo se vai acabar com a nossa indústria? Se vai gerar desemprego, se vai nos deixar sem lugar no trabalho e sem lugar no consumo . Que apoio pode ter uma proposta que se aprovada na 4ª Cúpula das Américas, prevista para abril de 2003, em Buenos Aires, e passar a vigorar a partir de 2005, dará sinal verde para instalar indústrias sem levar em conta o meio ambiente; para industrializar a agricultura, multiplicando o número de famílias sem terra, e restringir a atividade sindical, ao não reconhecer o direito de organização e de negociação coletiva. Para se ter uma noção, os produtos agrícolas dos EUA entrarão no mercado latino-americano em condições desleais de concorrência; os povos indígenas terão suas terras invadidas ainda mais, e suas riquezas naturais

saqueadas; a educação privatizada significará maior dificuldade de acesso da maioria da população à escolaridade; os serviços de saúde atuarão ainda mais segundo a lógica do mercado.

Dizer o que representa a ALCA é lembrar que ela acaba com a nossa soberania, é preciso ressaltar o aspecto de defesa de nosso país, de nossa pátria. Nós temos que estar alerta para as estratégias da campanha contra a ALCA, para alcançarmos setores com que até hoje não estamos acostumados, precisamos estar preparados para aglutinar o maior número de pessoas frente a esse desafio, a Universidade não pode se calar.

*Professora Adjunta da FSS / Coordenadora do PROEALC

Em Foco II

Entrevista

Entrevista realizada com José Batista de Oliveira, integrante da Coordenação Nacional do MST do Rio de Janeiro, durante a Semana Nacional da Cultura Brasileira e Reforma Agrária, na UERJ.

PROEALC – Quais os objetivos e estratégias do MST?

José Batista – O MST possui três grandes princípios: lutar pela terra, que é a democratização da terra como questão primordial mas acima de tudo, lutar pela reforma agrária que é algo mais amplo que é a questão da moradia, do crédito para produção, da educação, da dignidade humana e como terceiro grande princípio, propomos para a sociedade que é possível se construir um novo modelo de desenvolvimento, de relação humana de valores, na qual chamamos de transformação social. Esses três grandes princípios, lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar pela transformação da sociedade, foram definidos desde o início do MST, em 84. Então a luta pela terra, a luta pela reforma agrária no nosso caso, ela ganha uma dimensão de luta por um outro projeto, que não é só a reforma agrária, que é um projeto que leva em consideração os recursos que o país tem como a soberania nacional, a tecnologia, o povo que nós temos. A nossa luta ganha uma dimensão de disputa de projeto, porque nesse projeto econômico que nós temos atualmente, da forma que o Brasil esta sendo administrado pela elite brasileira, a reforma agrária não cabe nesse modelo. Hoje, o modelo econômico dá certo porque a terra está concentrada e a população está na periferia, ficando fácil aos meios repressores controlar a população quando esta reage através de lutas, manifestações, etc. Nos últimos anos de implementação desse modelo na agricultura, que só prioriza a monocultura para a exportação, que não tem subsídios para a pequena produção, 900 mil pequenas propriedades foram à falência, ou seja, se inviabilizaram 900 mil pequenos agricultores que já tinham a terra, que já trabalhavam e já tinham uma certa estrutura, mostrando o que esta em jogo é o capital, a grande empresa rural com grandes investimentos em tecnologia, com grandes subsídios, por isso que a nossa luta ganha essa dimensão de uma luta por um outro projeto.

PROEALC – Como se dá a ação do MST?

José Batista – A ação do MST se dá através de suas frentes, que chamamos de setores, como por exemplo o setor de educação, que obteve o reconhecimento oficial do próprio governo através do MEC, como sendo uma experiência mais apropriada para o campo, recebendo inclusive vários prêmios internacionais e nacionais. Hoje temos parcerias com mais de 60 universidades como a UNICAMP, UERJ, UFRJ, etc, como também na área de formação de professores de magistério e de pedagogos. Temos escolas de formação de cursos médios em administração de cooperativas, de técnico em comunicação alternativa, isso na escola nacional que funciona em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, que é o Instituto Técnico de Capacitação de Pesquisa em Reforma Agrária. Ultimamente estamos transferindo todo os cursos que temos nessa escola para São Paulo, por uma questão de localização estratégica por estar no centro do país. No setor de produção priorizamos a questão da cooperação agrícola, como uma forma de resistência, pois o sistema não permite a viabilidade da pequena produção, por isso a cooperação agrícola é fundamental do ponto de vista da resistência. O nosso setor de comunicação desenvolve uma experiência da comunicação alternativa como o jornal sem-terra, a revista sem-terra e em algumas regiões temos experiência em rádios comunitárias que funcionam dentro dos assentamentos. Na área da saúde temos uma experiência riquíssima em manipulação de plantas e medicina

alternativa, temos avançado dentro da questão da discussão do meio ambiente, nosso setor de produção chama-se setor de produção cooperação e meio ambiente porque a maioria das terras que nos conquistamos estão todas degradadas e aí há uma necessidade de trabalhar essa terra para que ela volte a produzir, até porque nos últimos tempos o governo cortou os créditos que foram conquistados pelos assentados que eram créditos especiais para a reforma agrária. A sociedade tem um entendimento de que a agricultura é um setor econômico como os outros produtivos mas, na nossa concepção, isso não é verdade pois produzir alimento é uma coisa tão delicada e tão importante que em quase todo os países existe crédito para subsidiá-la, no nosso caso o governo brasileiro cortou esses recursos. Para nós o setor de agricultura não é um setor produtivo qualquer que nem a indústria automobilística, que se você coloca a peça sai o carro. Infelizmente, na nossa sociedade, a cultura hoje está se transformando em uma questão de mercado, produzir em larga escala, é por isso que surge a indústria dos transgênicos, a qual combatemos, não por que somos contra tudo, mas porque isso não leva em conta a questão da soberania alimentar do país, a questão da qualidade. Nós estamos discutindo hoje no setor de produção e meio ambiente a questão das sementes como um patrimônio da humanidade que estão sendo patenteadas, que estão sendo transformadas em patrimônio de empresas multinacionais. A lei dos transgênicos, por exemplo, ela não é nada mais que a apropriação do conhecimento do povo; o povo conhece a semente, conhece os remédios naturais, ele exige a produção de alimentos naturais, só que, quem tem o monopólio do veneno e do adubo não pode sair do mercado. Então eles vão buscar o monopólio da semente. Isso quer dizer que, se você colher um produto transgênico, você não vai poder plantar a semente, ou seja, você vai ter que comprar da empresa outras sementes criando assim uma dependência. Hoje o que está se projetando para a agricultura do Rio de Janeiro é o plantio de eucalipto para a indústria de celulose, que é um grande absurdo para o meio ambiente e para a pequena produção, e quem vai lucrar é a grande empresa que se chama ARACRUZ CELULOSE, que já toma conta de uma grande parte do Rio e da Bahia. Em São Paulo o projeto da elite é transformar o estado no maior produtor de carne bovina do mundo, com grande tecnologia de confinamento e de produção de grãos para a ração. Nós temos uma experiência de uma agroindústria de leite, nossa, que produz 250 mil litros de leite por dia. Hoje o preço do litro do leite custa R$ 0,25 para o produtor vender para as grandes industrias de laticínio. A embalagem, que é aquela de longa vida, é produzida por uma empresa multinacional (Tetrapark), que detêm o monopólio da produção, só ela vende esse produto aqui no Brasil, custa também R$ 0,25. Então o custo do leite é 50% do custo final do produto só tirando o leite e a embalagem, quer dizer, a elevação do custo de produção, ou seja, a viabilidade de uma pequena indústria se dá pelos monopólios que se tem, mesmo entrando com um produto transformado no mercado, nós não dominamos todo o processo de transformação. Se o leite fosse vendido em garrafas de vidro, assim como é a cerveja, ele custaria algo próximo dos R$ 0,40 ao consumidor. Hoje o que se esta em jogo não é se as famílias vão ter viabilidade econômica ou se a população vai ter um produto de qualidade, mas sim o mercado, por isso a nossa luta pela terra, pela reforma agrária, ganha uma dimensão que às vezes a sociedade não entende o porquê.

PROEALC – Como responde o MST as elites dirigentes?

José Batista – A elite brasileira não entende a nossa linguagem a não ser pela ocupação de terra, de mobilização enfrente aos prédios públicos ou de marchas etc. A ocupação para nós é questão vital, nós gostaríamos de que isso não fosse preciso, de que fosse feito de uma outra forma como prevê a Constituição brasileira, através da reforma agrária.

Espaço Aberto

Um Povo que reaprendeu a Lutar

André Felipe Carvalho Silva*

A eclosão das massas como coadjuvantes da história na Argentina tem uma data fixa: 17 de outubro de 1945, quando dezenas de milhares de pessoas confluíram para a Praça de Maio, exigindo a libertação de seu líder, Juan Domingo Perón. Quando liberado, Perón surgiu no balcão da Casa Rosada consagrado presidente. Em maio e junho de 1989, o povo voltou a se manifestar e invadir supermercados em decorrência da repentina queda do poder aquisitivo das populações de periferia das grandes cidades.

A rebelião ocorrida agora foi um grito dilacerado de um povo com fome, desespero, raiva, indignação. Um povo desarmado, destruído, desencantado. A rebelião marchou enraivecida pelas ruas, tirou as pessoas de casa. Fez com que elas se tornassem novamente povo, fazedor de sua própria história ou, pelo menos, de fragmentos dela.

Vários setores da população, como jovens que não ingressaram no mundo do trabalho, movidos por diferentes razões de indignação, lançaram-se à cena para resolver urgências inadiáveis ante uma política econômica excludente e marginalizadora que tem como outra face a superconcentração capitalista.

No caso dos trabalhadores mobilizados, vários fatores estavam em jogo: desde a perda progressiva de postos de trabalho e do poder aquisitivo dos salários até o fato de que, em muitos casos, não recebiam salários há meses ou estes ficavam retidos parcialmente pela bancarización. A perda dos bônus de férias para a maioria dos trabalhadores contribuiu para o acirramento dos ânimos.

As classes médias saíram às ruas fartas dos saques a seus salários, a suas economias, e devido à situação de instabilidade gerada a partir das últimas medidas tomadas pelo ex-ministro Domingo Cavallo. Tais fatos, mais o desrespeito à Constituição no decreto de Estado de Sítio por 30 dias anunciado por De La Rúa, aniquilou o Estado democrático de direito desses setores e incendiaram os ânimos. Já os mais pobres há tempo sofriam sistematicamente com a repressão.

A onda de protestos ganhou força de norte a sul da Argentina. A situação se tornou dramática. Agora aqueles que se negam a continuar comendo promessas, que foram despojados de seus salários e de suas aposentadorias, que tiveram suas economias de toda a vida roubadas, jovens que se sentem traídos pelo país que herdam, ocupam o centro da cena.

O incêndio começou com a generalização dos saques e a estes se seguiram panelaços que tiraram as pessoas de casa e, então, o encontro espontâneo de milhares de argentinos produziu uma força crescente que empurrou os corações para as praças e, na capital portenha, até a Plaza de Mayo. O grito “o povo unido jamais será vencido!” foi retomado pela multidão com um novo tom que reverteu a intempérie. Foi a quebra do individualismo, da anorexia produzida entre quatro paredes a que nos condena a privatizadora política imperial.

A rebelião devolveu a memória, a cultura da rebeldia, da auto-estima, a força popular, foi o “já basta” de um povo farto, que voltou a ser povo ao se constituir coletivamente a partir de suas intuições comuns como sujeito da história. O saque foi um esforço de recuperar o que havia sido expropriado com selvageria pelo grande capital. Foi a insurreição da dignidade depois de décadas de apatia. A rebelião foi um ato de saúde que possibilitou a continuidade de forças. No instante em que começava-se a duvidar da capacidade de sermos humanos, de construtores de nossas vidas. Explodiu no limite da indignação do povo.

A chave para se compreender os saques maciços aos supermercados não está em explicações de caráter conspirativo e sim no maciço saque realizado pelo poder. Talvez nunca a América Latina tenha sofrido um saque político comparável ao da década passada. Com a cumplicidade e o amparo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, sempre exigentes em “austeridade” na área social. O saque tem outros motivos que merecem ser interpretados com um olhar no futuro, como a perda de respeito pela propriedade privada e a legitimação da violência popular, da violência dos que estão em uma situação em que não apelar para tal recurso significa aceitar outra violência - a oficial, governamental.

A resposta à indignação do povo foi uma repressão selvagem. Pelo menos 31 mortos, centenas de feridos, 4.000 presos. O terrorismo de Estado mostrou a sua cara. E a classe média, que se acostumara nos últimos anos com o fato de a violência repressiva ter como vítimas principais os habitantes das zonas de exclusão, soube então que sua aliança com esses setores se pagava com a mesma moeda. O povo deu a vida para pedir que fossem embora os corruptos, que se deixasse de pagar a dívida externa, que tivessem fim os privilégios dos juízes e legisladores, que fossem libertados os presos políticos.

No auge da repressão, entre gases lacrimogêneos, entre as bombas, entre as balas, se distinguia o lenço branco nas cabeças grisalhas das Mães da Plaza de Mayo atravessando a praça para se dirigir ao chefe da operação e exigir o cessar da repressão, mesmo expondo seus corpos a golpes da polícia e a balas de borracha. As Mães participaram de todas as lutas sociais e, nesta última, quando fazia 24 anos que marcharam na Praza de Mayo, foram atacadas ferozmente. Golpeadas diante do silêncio cúmplice e perverso

de deputados, senadores, sindicalistas pelegos e outros que, de seus covis, assistiam pela televisão ao que estava acontecendo. Elas seguem nos mostrando a necessidade de se jogar de corpo e alma em cada luta, de fazer da vida um ato de rebelião contra a passividade, contra a covardia, contra o conformismo. As Mães voltaram a ensinar que a única luta que se perde é aquela que se abandona. O povo não abandonou a luta e foi o presidente quem teve que renunciar.

Em 6 de dezembro, durante a Marcha nº 21 da Resistência das Mães da Praça de Maio, levantou-se a bandeira que hoje, mais do que nunca, deve marcar o compromisso político: "Resistência e combate contra o terrorismo de Estado". Contra o terrorismo de mercado que está castigando a imensa maioria da humanidade. Ou não são terroristas os métodos dos organismos internacionais que em escala planetária dirigem as finanças, o comércio e impõe sanções, ainda que matem por fome e não por bombas? Não estão fazendo em pedaços os direitos dos trabalhadores? Não estão assassinando as soberanias nacionais, as indústrias nacionais, as culturas nacionais?

O movimento popular vai analisar se o descrédito da política se esgota nesse limite ou se dá lugar a que se constituam novas formas de organização capazes de desafiar o conceito de política associada à batalha puramente institucional. Se é possível constituir um conceito e uma prática que sustentem uma batalha pelo poder popular, pela luta das ruas, pela rebelião, pela insurreição das consciências. Trata-se da multiplicação da educação popular com a marca da rebelião. A educação popular que cresce e se alimenta da resistência e que desemboca nessa batalha da busca coletiva de alternativas de poder popular. Trata-se de questionar o trabalho dos comunicadores empenhados em identificar a luta social com a barbárie.

A barbárie é, precisamente, a política capitalista que empurra as pessoas ao desespero, que converte mulheres, homens jovens e crianças em saqueadores. A barbárie é precisamente a extensão da fome em um país rico em alimentos. A barbárie é a insensibilidade do poder político que desencadeia a repressão para salvaguardar os superlucros dos credores externos, dos bancos, dos que "fizeram a América" às custas das maiorias. Frente à barbárie capitalista, a mesma que desencadeia guerras de extermínio contra povos que enfrentam a dominação norte-americana, se impõe recolocar o debate sobre uma alternativa. Pois não há "capitalismo humanizado", não há perspectivas para o povo nos padrões desse sistema.

*Graduando da FSS/UERJ e bolsista do PROEALC.

Livros lançamentos

* Mercosul em Debate, org. de Silene de Moraes Freire. EdUERJ, 2001.

Agenda Acadêmica

* 17 de junho - debate Integração Regional e Resistência à ALCA. Na UERJ, às 19h, no Pavilhão João Lyra Filho, 9o andar, aud. 91. Na ocasião haverá o lançamento do Livro "Mercosul em Debate". O evento será gratuito e serão fornecidos certificados.

Expediente

Reitor
Profª Nilcéia Freire
Vice-reitor
Profº Celso Pereira de Sá
Sub-reitor de Graduação
Profº Dr. Isac José Vasconcellos
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Dra. Maria Andréa Loyola
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profº Dr. André Lázaro
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profº Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Rosane Rezende de Lima (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Aline Silveira de Assis (PROEALC/FSS/UERJ)
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Janaina Bilate Martins (PPGSS/FSS/UERJ)
Colaboradores
Douglas Ribeiro Barboza (PROEALC/FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Janaina Bilate Martins (PPSFSS/UERJ)